

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: 74

Data: 11.07.80

Pg.: \_\_\_\_\_

## ÍNDIOS DE BOCA DO ACRE RECEBEM TERRA DE VOLTA

1980  
BRASILIA — Os índios da Boca do Acre, reserva de Apurinã, estão recebendo de volta 341 mil hectares de terra, "griladas" por João Sorbille e vendidas, em lotes, a cerca de 100 famílias de colonos paraenses.

Foi o que informou ontem, no Palácio do Planalto, o porta-voz Alexandre Garcia, assinalando ser esse o resultado das providências tomadas pelo Presidente Figueiredo por intermédio da secretaria executiva do Conselho de Segurança Nacional, assim que soube estarem os índios daquela reserva revoltados com a invasão de suas terras.

Embora haja na administração federal órgãos específicos tanto para o setor indígena — a FUNAI — quanto para o de terras — o INCRA — o Presidente explicou — Alexandre

Garcia, costuma recorrer de tensão à sua assessoria direta sempre que um problema apresenta aspectos de tensão social. Foi assim que coube ao Chefe do SNI, General Octávio Medeiros, encontrar solução para o problema social e de terras em Alagamar na Paraíba.

Na Boca do Acre, a secretaria-executiva do CSN comprovou, sempre segundo Alexandre Garcia, ter o cidadão João Sorbille "grilado" 341.643 hectares da reserva indígena, dispondo-se, depois, a devolver à FUNAI 18 mil. Ele dividiu a área e a vendeu a cerca de 100 famílias de colonos com o nome de "loteamento da fazenda Paulista".

Confirmado o ato, que o porta-voz palaciano classificou de estelionato, o Governo, por intermédio do INCRA, entrou com ação na Justiça e o Juiz Federal

Orlando de Souza Rebouças proferiu sentença anulando a transação imobiliária e determinando a reincorporação das terras à reserva indígena. Os compradores, como foram ludibriados, tem direito de pleitear do vendedor o ressarcimento dos seus prejuízos. Apesar disso, como há uma questão social criada — como assinalou o porta-voz — o Governo procurará recolocar em outras terras os colonos que estejam efetivamente instalados e trabalhando no local.

"O Presidente Figueiredo — concluiu o porta-voz — não está senão fazendo cumprir o que afirmou em Goiânia, por ocasião de sua campanha eleitoral — lugar de grileiro é na cadeia — e, há pouco, em Alagamar: o posseiro, que torna a terra produtiva, deve ter direito a ela".